



POLÍTICA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DO RENDIMENTO ESCOLAR EM MARACANAÚ

*Maria do Carmo Pinheiro Marques
Maria Cleide da Silva Barroso
Silvana Melo de Sousa*

Introdução

Este trabalho tem o intuito de relatar a implementação da política municipal de avaliação monitoramento e acompanhamento do rendimento escolar em Maracanaú.

Maracanaú é município da região metropolitana de Fortaleza e encontra-se em 2ª lugar em arrecadação do ICMS, por ser o principal pólo industrial do Estado. Tem concentrado 1/3 da produção cearense, sendo sua população estimada em aproximadamente 201.693 habitantes, possuindo 44.785 destes inseridos em suas escolas que são organizadas em modalidades - Educação Infantil, Ensino Fundamental e educação de Jovens e Adultos, e um centro de línguas.

Preocupado não somente em universalizar o ensino, mas em garantir sua qualidade, Maracanaú vem descrevendo o caminho realizado pela política nacional configurada através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica-SAEB e a Prova Brasil e pela política estadual através do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará-SPAEECE, SPAEECE-ALFA e o Programa de Alfabetização na Idade Certa-PAIC. O município propõe o seu próprio sistema de avaliação e monitoramento externo e em larga escala.

A avaliação educacional apresenta em sua perspectiva a possibilidade de fornecer informações diagnósticas e subsídios para a implantação e implementação de políticas educacionais,

além de propiciar um monitoramento necessário ao sistema educacional, a fim de perceber se as políticas realizadas estão conseguindo obter resultados exitosos.

Desse modo, os objetivos da política de avaliação externa de Maracanaú buscam o monitoramento dos resultados de aprendizagem com base em indicadores e o ajustamento de níveis de escolarização, assim como a regularização de fluxos escolares, avaliando os objetivos alcançados, formulando políticas educacionais, e por fim, recebendo recursos para o próprio município.

Nesse sentido, o município tem assumido as provas do PAIC desde 2007 nas seguintes turmas: 2º ao 5º ano e o 9º ano. Com o objetivo da implementação gradual das demais séries do Ensino Fundamental, pretende-se promover processualmente a avaliação externa do 4º e 8º ano, a partir de 2010. No ano seguinte, em 2011, será a vez do 3º e 7º ano e finalizando, em 2012 com o 5º, 6º e 9º ano.

Pretende-se, ainda, verificar os resultados dessas avaliações, para além de oferecer subsídios para a tomada de consciência em relação à responsabilidade pela aprendizagem dos alunos; diagnosticar o nível de leitura e escrita dos alunos, bem como seu raciocínio lógico matemático, visando identificar suas dificuldades.

A Educação Brasileira Dos Anos 80 E 90

No Brasil, os anos 80 fora um período marcado por uma intensa e efervescente movimentação da educação, desencadeada pela abertura política e a redemocratização do estado. Os movimentos sociais de então, agregaram estudantes e educadores com fins de questionar a qualidade de ensino. Dessa maneira, se contrapondo a ordem anterior de modelo tecnicista, dado ao tratamento das questões educacionais, o horizonte sinalizava para uma educação cidadã e democrática.



Com o remodelamento das idéias foi possível em nosso país, nesse contexto de mudanças econômicas e políticas da época, o Estado federativo iniciar as primeiras experiências de avaliação educacional em larga escala.

Segundo Coelho (2008, p. 4), no Brasil, entre o período de 1987 a 1990, o “Ministério da Educação investiu no desenvolvimento do Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º grau - Saep”, o que refletia a preocupação do governo no desempenho das escolas e sistemas educacionais.

Para complementar a trajetória da avaliação educacional nos anos de 1980, outro marco que vem reforçar essa perspectiva de mudança e evolução é a Constituição Federal de 1988. O que está sendo situado aqui, fica expresso quando nesta, “a avaliação educacional é tratada de forma associada à qualidade da educação” (COELHO, 2008, p.4).

Após a promulgação da Constituição Federal Brasileira um grande projeto mundial se estruturava a Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien (1990) na Tailândia e da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, os organismos internacionais - entre eles, a saber: o Banco Mundial -BM - elaboraram documentos que influenciariam a construção de nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN de Nº 9.394/96 e ainda auxiliariam na consolidação do nosso Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (COELHO, 2008, p.6)

Com esses importantes eventos ocorridos nesta década é empreendido outro ritmo à educação, passando a ocupar lugar de destaque na nova agenda das políticas. Foi dessa época o novo papel assumido pelo MEC, concentrando-se na articulação e no monitoramento das políticas nacionais de educação básica. Neste momento os sistemas de estados e municípios incorporaram a sua dinâmica “o desenvolvimento da gestão e a implementação de instrumentos de avaliação” (CASTRO, 1999, p.18).



Assim, empenhados em promover uma política de “boa” governança educacional, na busca pela qualidade do ensino, o Estado cria um sistema de informações educacionais associadas a um sistema de avaliação como objeto de regulação federal (COELHO, 2008, p. 6), “o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica” – SAEB, veio substituir o Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau – SAEP. Segundo Rodrigues” (2007, p. 19), o SAEB foi implementado na forma de programa estruturado para avaliar o Programa de Educação Básica para o Nordeste, o qual visava a responder às demandas do Banco Mundial no sentido de desenvolver uma sistemática de avaliação para o segmento da educação.

Para tanto, o SAEB introduz *matrizes de referência*, para aprimorar o processo de monitoramento da qualidade. Essas matrizes com bases cognitivas, passam a construir descritores, que elaboram itens de provas que serão utilizados para avaliar o desempenho dos alunos nas diversas disciplinas (COELHO, 2008, p.7).

Nessa mesma perspectiva, o Estado do Ceará desejando implementar a cultura avaliativa da educação, possibilitando a todos envolvidos nesse processo educativo (alunos, professores, administradores e especialistas) um acompanhamento dos resultados escolares, analisando as necessidades de aprendizagem básicas, tendo em vista a formulação e o monitoramento das ações educacionais (LIMA; PARENTE, on line). Assim, o Estado institui o Sistema Permanente de Avaliação Básica do Ensino do Ceará - SPAECE, que afere a cada biênio, os resultados da aprendizagem de estudantes do 5º e do 9º anos do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio, e anualmente, os resultados dos estudantes do 2º ano do ensino fundamental, na perspectiva de aferir os resultados do processo de alfabetização (Guia de Estudo - Avaliação Continuada / CEARÁ, 2009).

O Estado do Ceará preocupado ainda com os baixos índices de alfabetização em que se encontravam os municípios



que compõem seu território, cria um programa que tem como objetivo: oferecer assessoria técnica aos municípios para modificar os seus baixos indicadores de aprendizagem nos próximos quatro anos desta gestão (<http://www.idadecerta.seduc.ce.gov.br/>) o Programa de alfabetização na Idade Certa – PAIC este tem como perspectiva superar o índice de alfabetização com foco na aprendizagem.

Sistema de Avaliação da Secretaria de Educação de Maracanaú

Maracanaú cumprindo o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, conjugado com a esfera Federal e Estadual, concebe seu Sistema de Avaliação da Educação Básica, vinculando a Secretaria de Educação por compreender que a qualidade da educação está atrelada ao ato de avaliar. Nessa perspectiva, assume um caráter de pesquisa, investigação científica, pois, acompanhar o processo de aprendizagem requer instrumentos de medida “válidos” e “fidedignos” às necessidades dos alunos e professores. Uma vez que, somente assim nos aproximaremos da realidade da sala de aula. A avaliação deverá estar, ainda, vinculada ao planejamento e ao projeto político da escola, visto que é através de um trabalho de equipe que se consegue chegar aos resultados esperados” (LUCKESI, 1991, 1992, 1996 apud BARRETO, 2009, p. 2). “Caracterizar o compromisso educativo da avaliação é definir um processo permanente de acompanhamento da aprendizagem do aluno” (DEMO, 1995 apud BARRETO, 2009, p. 3).

O Governo Municipal, por meio da Secretaria de Educação, está implementando o sistema de avaliação da educação básica, com o objetivo de fornecer subsídios para formulação, reformulação e monitoramento das políticas educacionais, além de oferecer aos professores, dirigentes escolares e especialistas um quadro da situação da educação.



Por considerar a avaliação um instrumento eficaz de gestão, foi implantado em 2008, através da Lei nº 1269/07, regulamentada pelo Decreto nº2010/093, a sistemática de avaliação com os alunos do 1º ano do ensino fundamental. Esta avaliação visa monitorar o nível de proficiência dos alunos nos eixos de leitura e escrita de acordo com a Matriz de Referência em alfabetização do estado do Ceará.

Ao ser aplicada e com os resultados consolidados, a turma que obtiver o percentual mínimo de 90% (noventa por cento) de acertos na prova, o professor da referida turma terá um acréscimo 10% (dez por cento) no seu vencimento-base, no ano subsequente. Em 2009, este processo continua, juntamente com as avaliações do Eixo de Avaliação do PAIC- Programa de Alfabetização na Idade Certa, que propõe: Provinha PAIC 2009, avaliando os alunos do 2º ano, que foi aplicada em abril; Protocolo de Avaliação 3º, 4º e 5º anos, *aplicada* em agosto.

A Secretaria Municipal de Educação - SME ampliará, a partir de 2010, a abrangência da avaliação, incorporando a avaliação do 4º e do 8º ano de forma censitária. Desta forma, o sistema de avaliação municipal passa a ter três focos: Avaliação da alfabetização ao final do 1º ano, Avaliação ao final do 4º e 8º ano nas disciplinas de português e matemática.

As turmas de 3º e 7º ano e 5º, 6º e 9º ano farão parte do sistema de avaliação municipal nos anos de 2011 e 2012 respectivamente, seguindo a mesma estrutura do 1º, 2º, 4º e 8º ano.

As avaliações implementadas em Maracanaú se pautarão na política nacional. As provas se estruturarão à luz das demais provas implementadas, a exemplo das matrizes de referências e as teorias do TCT - Teoria Clássica de testes e do TRI - Teoria de resposta ao item.

O conjunto de informação coletadas pela consolidação dos resultados da avaliação, permite diagnosticar a qualidade da educação desenvolvida no âmbito do município, produzindo resultados por aluno, turma, escola e município. Os indicadores



servem de base à implementação de políticas e de novas práticas pedagógicas que venham superar as dificuldades e distorções encontradas.

Considerações Finais

Com o ideário de buscar mecanismos que auxiliem a prática do professor e da escola, é que nos colocamos na perspectiva de pesquisadores que através da análise de dados das provas nos debruçaremos sobre informações para repensarmos nossas práticas e assim chegarmos à práxis. O caminho da qualidade da educação exige compromisso e clareza do nosso papel social nas instituições de ensino.

Promover uma política de universalização do ensino, bem como, garantir a qualidade desse, requer ações claras e eficazes do acompanhamento e monitoramento de desempenho dos alunos. Definir etapas, são necessárias para uma melhor efetivação das atividades, propor uma sistematização, garante alcançar os objetivos almejados.

Notas

¹ Desde o final dos anos 60 aos anos 80 este modelo vigorou na educação brasileira, presente no então período militar.

² Lei municipal que bonifica o professor alfabetizador.

³ Institui a Comissão responsável pela sistemática de avaliação da educação básica da rede municipal de Maracanaú.

Referencias

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Avaliação da Educação Básica entre Dois Modelos**. GT “Estado e Políticas Educacional” da Anped, durante a 24ª Reunião Anual da Entidade, em Caxambu, Minas Gerais, set. 2000.



CASTRO, Maria Helena Guimarães de. **Educação para o século XXI: o desafio da qualidade e da equidade**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.

CEARÁ, Secretaria de Educação Básica do. **Guia de Estudo: Avaliação Continuada**. Juiz de Fora: FADEPE, 2009. 82p.il.

CEARÁ, Secretaria de Educação Básica do. Coordenadoria de Avaliação e Acompanhamento da Educação. **Programa de Alfabetização na Idade Certa**. <http://www.idadecerta.seduc.ce.gov.br/>

COELHO, Maria Inês de Matos. **Vinte anos de Avaliação da Educação Básica no Brasil: aprendizagens e desafios**. Rio de Janeiro, CEDES, Ensaio: Avaliação em Políticas Públicas de Educação, vol. 16, nº59, abril/junho 2008.

LIMA, Aléssio Costa, PARENTE, Francisco Josenio Campelo. **O Sistema de Avaliação Educacional do Ceará: uma experiência no anonimato**. www.propgpq.uece.br/semana_universitaria/.../sociais_31.doc.

MARACANAÚ. Lei Nº 1.269, de 12 de dezembro de 2007. **Institui o Abono Remuneratório Especial para Servidor com Exercício Funcional nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Maracanaú e dá outras Providências**. Maracanaú

MARACANAÚ. Decreto Nº 2.010, de 23 de abril de 2009. **Institui Comissão Responsável pela Sistematização de Avaliação da Educação Básica da Rede Municipal de Maracanaú**. Maracanaú

RODRIGUES, Margarida Maria Mariano. **Avaliação Educacional Sistemática dos Testes de Desempenho e de seus Resultados: Estudo do SAEB**. Brasília, 2007 - Tese de Doutorado em Psicologia.